

Luzia Guacira dos Santos Silva



CARTAS PEDAGÓGICAS

Processos de ensinar a quem enxerga
sem o sentido da visão



SAUDAÇÃO DA AUTORA

Saúdo você, leitor e leitora, com a convicção freireana, que tomo para mim, dizendo-lhes que:

Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou o “maior”. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta à certeza de que posso saber melhor do que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer (FREIRE, 1996, p. 135).

Ao fim, explicar que a ideia de escrever este livro baseou-se no princípio de que sempre é tempo de aprimorar o que já sabemos e de adquirir novos saberes no exercício de nossa ação educativa, quando nos deixamos levar por essa vontade incontrolável de saber as múltiplas coisas que ainda estamos por saber. Portanto, na escrita desta obra usarei a metáfora de uma carta dirigida, em particular, a uma professora que recebe alunos cegos em sua sala de aula e que se sente despreparada para ensinar a tais alunos, em razão de não ter recebido formação específica em seus cursos de formação inicial e/ou continuada.

Cartas pedagógicas: processos de ensinar a quem enxerga sem o sentido da visão se faz respaldar nas contribuições

científicas de estudiosos como Vygotsky (1997), Ochaíta (2004), Soler (1999), Silva (2008; 2013; 2014), Bruno (2005; 2009), entre outros, bem como nas sínteses de nossos estudos, aqui expressados em forma de princípios que alimentam a nossa caminhada na busca por uma escola onde estudantes cegos e com baixa visão também possam ser considerados em seus diferentes modos de ser e de aprender, pois defendemos que:

1. O direito por excelência de todo ser humano é reconhecer-se como diferente, porém, não desigual.
2. Pessoas cegas têm condições de aprender e participar do mundo com quem enxerga pelo sentido da visão.
3. A convivência e a interação entre pessoas cegas e não cegas fazem com que essas últimas passem a olhar a cegueira sem a conotação de “falha, da falta, da impossibilidade, da inutilidade” que acaba criando uma perspectiva negativa em relação àqueles que se desviam do modelo escolhido pela sociedade como padrão de normalidade (AMARAL, 1994).
4. Não há razão para manter crianças cegas segregadas, distantes do convívio dos que enxergam por meio da visão.
5. Crianças cegas podem e devem estar em uma escola comum que considere suas especificidades e maneira de ser e de aprender, obtendo sucesso em suas aprendizagens.

Certamente, você, leitor e leitora, deve estar fazendo as mesmas perguntas que outrora me fiz e que a professora, a quem direcionei as cartas aqui escritas, me fez um dia: Como um aluno cego aprende numa escola com alunos que enxergam? Que metodologias e estratégias lhe favoreceriam uma aprendizagem com sentido e significado? Que recursos didáticos poderiam ser usados para ensinar os diferentes conteúdos?

Uma coisa interessante de se fazer saber de imediato é que a visão se compõe de muitos fatores, por isso é difícil estabelecer uma aproximação puramente quantitativa do quanto uma pessoa enxerga. No entanto, os parâmetros que mais se usam para determinar a “quantidade de visão” são: a *acuidade visual* – que é a capacidade que o olho tem de definir detalhes e que determina a qualidade da visão; o *campo visual* – que é a área passível de ser vista à frente, para a lateral direita e esquerda, para cima e para baixo, quando se mantém o olho imóvel em um ponto fixo, em uma linha reta horizontal paralela ao solo. Qualquer problema nesses dois campos pode designar a perda da capacidade visual.

Logo, é importante que se atente para práticas de prevenção das doenças oculares, as quais poderão ser aplicadas em diferentes momentos: pré-concepcional (antes da gravidez), pré-natal (durante a gravidez), perinatal (durante o parto) e pós-natal (após o nascimento).

No decurso da escrita de nossas cartas, relataremos alguns outros conhecimentos já estabelecidos que acreditamos ser passíveis de aplicação em todos os níveis e modalidades de ensino, onde são considerados a faixa etária dos sujeitos aprendentes, a causa e o tempo da perda de visão, bem como o grau de aceitação do sujeito de sua condição visual, pois encontraremos em nossas salas de aula aqueles que enxergam mal, os que nada enxergam, mas que um dia enxergaram, e aqueles que nunca enxergaram. Ter o conhecimento dessas diferenças implica buscarmos estratégias e recursos didáticos que aproximem o máximo possível os alunos do que temos para lhes ensinar, assim como de diferentes métodos de reabilitação e reintegração social (NEVES, 2008).

Terminamos esta saudação tomando emprestadas as palavras de Sônia Kramer (1998, p. 14), para melhor definir os textos das cartas pedagógicas contidas neste livro:

E é isso que o texto significa para mim: uma marca. Que não acredita em respostas finais nem em conhecimento pronto e acabado. Que não visa resolver problemas nem emitir verdade. Que se propõe, tão somente, a compartilhar com tantos que de maneiras tão diversas estiveram e estão comigo ainda, nas diferentes andanças feitas com erros ou acertos, com dúvidas ou certezas, com inquietação ou tranquilidade, com clareza ou incoerência, mas com espírito de luta e de crítica. Com indagações. Que contêm, como eu disse, um movimento.

Ao final, espero que a leitura dos textos das cartas pedagógicas proporcione o reconhecimento de que as pessoas cegas ou com baixa visão, assim como as demais pessoas com algum tipo de deficiência, necessitam que acreditemos em seu potencial e que lhes ofereçamos suporte, mediação e ajudas técnicas para que desenvolvam, com sucesso, as atividades propostas nas diferentes áreas do conhecimento, para deste se apropriarem.

E, também, que faça todos perceberem o quanto essas possibilidades podem ser ampliadas.

Boa leitura!



PREFÁCIO

“Tem mais presença em mim o que me falta.
Melhor jeito que achei pra me conhecer
foi fazendo o contrário”.

(Manoel de Barros)

Escrever cartas em um mundo atravessado por redes sociais e por outras formas de comunicação parece uma arte perdida, ou anacrônica. Antigamente, nas missivas ansiosamente esperadas, havia formas polidas de dizer da saudade, do cotidiano, dos acontecimentos...

Este livro retoma o gênero carta para falar, com freireana amorosidade, sobre um tema de interesse crescente no âmbito da construção de processos de escolarização, qual seja, a presença de estudantes com deficiência visual no contexto escolar, com suas demandas na organização de processos de ensino e de aprendizagem acessíveis, na sala de aula.

Inspirada na curiosidade expressa na carta de um professor, ao relatar suas angústias em torno do desafio de ensinar estudantes com deficiência visual, em contexto escolar inclusivo, a autora, embasada na sua ampla experiência como docente e pesquisadora, escreve cartas nas quais não apenas aborda modos de ensinar tais estudantes, na perspectiva de sua inserção no ensino regular, mas ressalta o quanto as formas de organização e de prática curricular devem estar atentas às suas singularidades e, principalmente, às suas potencialidades.

No decorrer das dez cartas, organizadas em duas partes, a obra contempla aspectos conceituais relativos aos estudantes cegos e de baixa visão, bem como apresenta elementos peculiares acerca da organização curricular, em processos de educação inclusiva.

A primeira parte, denominada “Cartas de março: a promoção da igualdade na diferença”, compreende os princípios da educação inclusiva na defesa de uma escola atenta à diversidade, convidando os docentes para ouvirem seus alunos com deficiência visual, a fim de apreenderem caminhos e estratégias por eles utilizados na construção do conhecimento. Aborda, ainda, aspectos da organização espacial na escola e na sala de aula, bem como o uso do tato e de outros sentidos remanescentes como forma de afetar tais alunos, possibilitando o desenvolvimento de seus potenciais.

A segunda parte, denominada “Cartas de maio e agostinas: adequações curriculares em favor de alunos cegos e com baixa visão”, inicialmente, versa sobre a dimensão curricular em processos de educação inclusiva de alunos com deficiência visual. Para a autora, tais adequações não devem ser realizadas com vistas a reduzir conteúdos a serem ensinados. Ao contrário, a base deve ser o currículo comum, cabendo à escola adotar recursos e utilizar estratégias capazes de promover a aprendizagem desses alunos. No seguimento, discute elementos relativos ao ensino em áreas específicas de conhecimento, a exemplo da arte, da educação física e da matemática, assim como na Educação Infantil. Esta parte do livro é finalizada realçando a importância da interação social do aluno com deficiência visual com seus pares e com o professor. Tal dimensão caminha *pari passu* com o uso de recursos e estratégias de ensino adequados, a ser pensado no âmbito do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

Ao tratar com leveza temas densos, a autora nos brinda com suas cartas cativantes, reflexivas! Assim, o livro possibilita ao leitor iniciante na temática um mergulho no mundo dos cegos e das pessoas com baixa visão, de forma a esclarecer que a deficiência não torna o sujeito incapaz. Ora, a perda de um sentido é, também, fonte para o desenvolvimento de outras capacidades dantes desconhecidas, a serem desbravadas pelos educadores.

Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães

Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte